

Confrontos em Timor-Leste

Sílvia Lima . IEEI

Quatro anos depois da independência oficial de Timor-Leste, e no mesmo mês em que o mandato da missão de *peace-building* das Nações Unidas chega ao fim, o mais novo país do mundo está a braços com violentos tumultos.

A instabilidade não é um dado inédito. A reconstrução do país, depois do referendo de 1999 e dos acontecimentos posteriores, tem sido um processo de difícil e lenta aprendizagem de como governar democraticamente um Estado que, depois de séculos de domínio colonial português e de 25 anos de ocupação indonésia, só conheceu a independência há quatro anos.

A somar a estas dificuldades está o ainda mais complexo processo de reconciliação e reintegração dos ex-combatentes na sociedade timorense. Estabelecidos em 2002, a Comissão de Recepção, Verdade e Reconciliação e o Tribunal Ad Hoc de Direitos Humanos para Timor-Leste procuraram sanar os dias de terror vividos pelos timorenses depois do referendo, devolvendo-lhes o sentido de justiça e dignidade. Mas as fracturas étnicas, regionais e políticas são ainda demasiado profundas e atravessam a sociedade e as elites dirigentes de Timor-Leste.

Mergulhado neste problemático contexto, o país assistiu em Março passado à [greve](#) de centenas de militares que reclamavam por melhores condições de trabalho e por critérios equitativos nas promoções da carreira. Oriundos sobretudo da parte ocidental do país, os militares em protesto alegavam estar a ser alvo de discriminações étnicas no seio da estrutura militar, dominada por naturais dos distritos de leste. A greve valeu-lhes o despedimento.

Em Abril estes ex-militares, que correspondem a um terço do exército timorense, [manifestaram-se](#) violentamente nas ruas de Díli. Uma pessoa morreu e várias ficaram feridas. Perante a violência, muitos habitantes da capital timorense, movidos pelas memórias ainda recentes e pelos avisos que iam chegando por SMS, abandonaram a cidade em direcção às montanhas. Cerca de [75% da população fugiu da capital](#).

À medida que os confrontos recrudesceram na capital e arredores, o pessoal das embaixadas e outros cidadãos estrangeiros foram aconselhados a permanecer em casa e nalguns casos, a abandonar o país.

Finalmente, a 24 de Maio o [Governo de Timor pediu formalmente ajuda](#) aos governos da Austrália, Malásia, Nova Zelândia e Portugal. Seguiu-se o apoio da ONU, depois de desbloqueada a oposição da Rússia no Conselho de Segurança, para o envio de forças internacionais. As tropas australianas, que deverão atingir os 1 300 efectivos, foram as primeiras a aterrar em Timor-Leste. Mas também a Malásia respondeu afirmativamente com o envio de centenas de militares e polícias. Portugal deverá colocar no terreno 120 efectivos da GNR e a Nova Zelândia irá também cooperar com os timorenses, embora esteja ainda a analisar cuidadosamente a situação.

Entretanto, o Presidente de Timor-Leste, e Comandante Supremo das Forças Armadas, Xanana Gusmão, chamou a si as competências de segurança e defesa do país. Quanto ao líder dos ex-militares, o [Major Alfredo Reinado](#), manifestou a intenção de cooperar com as forças internacionais de manutenção da paz e disponibilidade para ouvir Xanana Gusmão. Junto a Díli está já operacional um [campo de refugiados](#) construído pela ONU para acolher os milhares de timorenses que estão nesta altura em fuga da capital. Para avaliar a situação no terreno, Kofi Annan enviou [Ian Martin](#), seu representante especial por ocasião do referendo de 1999.

Para saber mais...

[Factos e números sobre Timor-Leste](#)

[Recursos úteis](#)